



OS DESAFIOS DA EDUCOMUNICAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Larissa Cristina Pacheco
mestranda em História UFG/Catalão
larissacrispacheco@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/3002189540321734>

RESUMO

Diante de um contexto de transformações políticas, sociais e pedagógicas, das últimas décadas, os professores começam a desenvolver experiências em sala tendo como recursos didáticos jornais, televisão, cinema e outros abrindo espaço para as mídias. Esta aproximação entre comunicação e educação possibilitou o surgimento de um novo campo de intervenção social; aEducomunicação. O profissional desta área atua com os educadores e reconhece que o professor não é o único que acumula conhecimento, mas que este é construído em conjunto na sala de aula. Sob a perspectiva da Cultura Histórica, acreditamos que a narrativa histórica não é mais exclusividade dos historiadores, a transmissão e a recepção do conhecimento histórico pode ser pensada como uma história sem historiadores e em uma infinidade de intelectuais como cineastas, jornalistas que produzem conhecimento histórico também através da mídia. Neste contexto, percebemos que o poder da cultura não está mais na escola, está em todos os espaços, inclusive nos meios de comunicação. Assim,propomos a reflexão sobre as práticas educacionais no ensino de história, suas contribuições para a educação emancipatória e elucidar como a comunicação educativa pode ser mais que instrumento para educar, ela pode ser eixo norteador de professores comprometidos em instigar a crítica, pode dar condições para reflexão e consequentemente despertar para a cidadania dos alunos.A pesquisa se encontra em estágio inicial de levantamento bibliográfico. Serão observados aspectos referentes à aplicação das mídias no ensino de história, bem como a postura dos professores e alunos frente à nova realidade. Em seguida realizadas as pesquisas de campo o registro de análises de dados e, por conseguinte, analisar e verificar a importância inserir a figura do educador enquanto profissional capacitado para lidar com a mídia e a sala de aula.

PALAVRAS-CHAVES:Educomunicação; Ensino;História

1INTRODUÇÃO

Para Michel de Certeau (2000), o historiador tem uma tarefa importante enquanto formador de opinião e enquanto sujeito histórico dentro e fora das salas de aula. Assim, entendemos que o ofício do historiador é mais que dar aulas de história ou coletar fontes. Ele dá sentido ao passado, dá significância aos fatos e, por conseguinte, a vida presente. Enquanto professor, o historiador tem o papel social de formar cidadãos conscientes, de despertar e ou aguçar a crítica e de dar condições para reflexão.Esta pesquisa busca mostrar a importância que os meios de comunicação exercem cada dia mais em nossas vidas e como elas podem influenciar o processo de ensino-aprendizagem de forma positiva apoiada na Cultura Histórica que percebe o

ANAIS ELETRÔNICOS - ISSN 2238-7609

Goiás, v.11, n.3, 2016| **927** (p.927-937)| 1052



potencial de todo ser humano em ser e fazer História, respeitando os conhecimentos individuais de cada um em sala de aula. Através de um novo campo de intervenção proponho recontextualizar as aulas de História onde as mídias tem possuído cada dia mais significância e interferência nas formas de pensar, agir, comunicar e porque não na forma de educar. A pesquisa se encontra em andamento enquanto trabalho final de conclusão do Mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão.

2 DA EDUCAÇÃO À COMUNICAÇÃO

Mas é diante de um contexto de transformações políticas, sociais, econômicas e culturais do século XX que iniciam estes estudos. Junto a estas transformações também há o aparecimento dos veículos de comunicação em massa e das novas tecnologias, que também possibilitaram novos conceitos e experiências. Neste sentido, para Angela Schaun (2002), enquanto o século XIX preocupou-se com a reorganização econômica e política em função de um crescimento industrial, o século XX e XXI confrontou-se com a onipresença dos meios de comunicação, produzindo sentidos e induzindo ideologias. Tudo isto reflete na aquisição do saber e do conhecimento.

Primeiramente no campo educacional, nas análises de Eliany Machado (2009), o governo brasileiro de 1950 inicia um projeto de alfabetização da população associado a um processo de expansão econômica, uma questão de dinamização que o mercado exigia. O primeiro passo foi alfabetizar os adultos com métodos rápidos e eficientes. Neste momento teóricos como Paulo Freire e a própria Igreja vão atuar em um proposta alfabetizadora que formasse as pessoas para uma leitura de mundo, para uma análise crítica socioeconômica.

Já em 1964, uma postura radical tomada pelo governo militar, considera este método de Paulo Freire subversivo. Diante do contexto de repressão e violência contra os princípios democráticos, cresce os protestos em todo o país. Manifestações estudantis foram sufocadas com violência e a instauração do Ato Institucional-5 (AI-5), não conseguiu anular a revolta da população contra a forma política que o país era conduzido.



Todo o processo político vivido principalmente depois de 1968, toda repressão e diferença socioeconômica fez surgir o movimento de Comunicação Popular que uniu o alternativo e comunitário. Ambos lutaram pela liberdade de expressão, cidadania e democratização dos meios de comunicação.

Ainda, segundo Machado (2009), é o educador brasileiro Paulo Freire que inaugura um pensamento dialógico democrático e libertador na pedagogia nacional e latino-americana. Seus estudos repercutiram internacionalmente e provocaram uma ruptura no que se conhecia de educação/comunicação. Ele apostava na educação intermediada pelo audiovisual. Para ele a tomada de consciência dá condições de pensar e agir sobre a realidade. As pessoas somente vão atingir essa consciência quando se reconhecerem parte da humanidade, da história e se indignarem e tornarem-se capazes de atuar. Esta ação é o comprometimento que ocorre por meio da educação. A Educação Popular idealizada por Freire tem como pressuposto a emancipação para a humanização em uma sociedade dividida em classes.

Nesta perspectiva de Machado, Paulo Freire percebe que cada ser humano tem uma saber único o qual possibilitava estabelecer uma nova relação com a vida, criando uma metodologia dialógica que renegava a transmissão vertical do conhecimento, a que o professor detém o conhecimento e o aluno tem a absorvê-la. Freire defendia uma educação pautada pelo respeito ao educando na busca da autonomia, do diálogo e de um pensamento crítico e libertador. Isto produz uma educação problematizadora, que revela o mundo pela confabulação e não pela imposição. Neste sentido, a conversação e a comunicação são essenciais para o conhecimento. “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. (FREIRE, 1979, apud SARTORI, SOARES, s.d., p. 10).

A partir de uma perspectiva de educação participativa surgem reconfigurações sociais e pedagógicas neste campo, onde o professor é peça importante que vai marcar e orientar diferentes abordagens e encaminhamentos. O professor deixa de ser o único que tem direito a palavra e abre espaço para os alunos se manifestarem sobre seus conhecimentos. A comunicação



volta-se para a educação para ver nas relações sociais a forma de trabalhar os aspectos críticos e comportamentais do público e a escola se alia aos meios de comunicação enquanto instrumento que vai ajudar a formar o senso crítico, o pensamento e a leitura.

Após 1970 há no âmbito da comunicacional, o crescimento de uma comunicação diferenciada, onde um grupo de agentes culturais tanto no Brasil, quanto na América Latina, acreditam na comunicação enquanto um bem social que deve ser implementado para o bem comum e para a construção da cidadania, que vai além da educação introduzida nas escolas. Assim, para Cecília Peruzzo:

A participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita a pessoa tornar-se sujeito de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação ali forjados, o que resulta num processo educativo, sem se estar nos bancos escolares. A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Tende a agregar novos elementos a sua cultura. (PERUZZO, 2002,s.p.).

Nesta conjuntura que propõe uma nova forma de comunicação que valorize tanto a democratização dos meios quanto o uso das mídias em sala de aula surge a Educomunicação, cujo o precursor da área no Brasil, Ismar Soares, a identifica da seguinte forma:

o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, tais como escolas, centros culturais, emissoras de TV e radio educativas, centros produtores de materiais educativos analógicos e digitais, centros coordenadores de educação à distancia e outros... (SOARES,2000, p. 115).

Martín-Barbero (2000, p. 55) é outro teórico importante para a formação do conceito de educomunicação e vai afirmar dizendo, “A escola deixou de ser o único lugar de legitimação do saber, pois existe uma multiplicidade de saberes que circulam por outros canais, difusos e centralizados”. O educador se torna então, importante a medida que as técnicas educacionais estão entre a pedagogia e a didática e o uso das tecnologias em sala faz dos meios de comunicação realidades didáticas e não meras ferramentas no ensino. Este profissional reconhece que não é mais o único que tem direito a palavra, porque a informação pertence a todos e isso coloca professores e alunos no mesmo patamar de aprendizado. Para os



educadores, aprender é um processo coletivo onde as diferenças devem ser respeitadas. É pensar de forma multidisciplinar e multimídia.

Acreditando que é necessário existir uma troca de conhecimentos entre mestre e aluno, uma igualdade entre os seres, que Soares afirma:

Um novo referencial para a relação educador-educando, o aluno pode ensinar ao mestre (principalmente a manipulação das novas tecnologias), os alunos podem ensinar uns aos outros (principalmente confrontando seus pontos de vista ou suas fontes de informações ou suas soluções para o problema, em diálogo direto, por correio eletrônico ou fórum mediado). (SOARES, 2009, apud SANTOS E TONUS, 2010, p. 103)

Paulo Freire já dizia desde a década de 1970 que a educação é diálogo, é o encontro de interlocutores e que “o educador já não é mais o que apenas educa, mas o que enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE 1978 apud, SARTORI E SOARES, p. 10)

No bojo desta discussão, autores como Geneviève Jacquinot (1998), revela em seus estudos que é importante reconhecer que não existe somente um saber midiático e outro saber escolar. Primeiro porque seja ou não de nossa vontade os alunos irão ter contato com o mundo além de casa e depois porque a escola e os meios de comunicação possuem pontos em comum sendo o que se aprende na escola pode ajudar a compreender o que eles veem na mídia e vice-versa.

O uso das práticas de Educomunicação em sala serve para ajudar que as informações recebidas pelos alunos sejam mais saudáveis. E para que a aplicação desta seja mais eficaz a escola precisa de professores capacitados que compreendam seu sentido e que estejam dispostos a aplicar e por isto é importante um profissional que faça este intermédio, o educador, que segundo Jacquinot (1998, p.10), “É alguém que tem dupla função teórica, trabalhando na convergência entre as ciências da educação e as ciências da comunicação”. Nesta perspectiva compreende-se que este profissional é quem vai elaborar diagnósticos, coordenar projetos na inter-relação comunicação e educação, implementar programas com o intuito de se relacionarem com a mídia e assessorar educadores no adequado uso dos recursos da comunicação enquanto instrumento de expressão da cidadania. O educador, enfim, reconhece que o professor não



é o único que acumula conhecimento, conhecimento este construído em conjunto na sala de aula, ele respeita a diversidade de representações.

Por meio da nova área de conhecimento, a Educomunicação, que se promove a educação emancipatória, que prepara o sujeito para pensar e a desenvolver seu senso crítico. É essencial que o professor se aproxime dos meios de comunicação e se familiarize com eles aproveitando das suas potencialidades, controlando sua eficiência. A mídia deve ser usada como fonte de aprendizado a mais na sala de aula e isso deve ser feito sem preconceitos. Perceber o uso das mídias e como a Educomunicação é um campo amplo e inovador a ser trabalhado em sala que valoriza o aluno, o mestre e a recepção de informações que recebemos diariamente, através da televisão, do rádio das redes sociais, dos jornais e de nossas relações com a sociedade.

Já numa visão historiográfica, a ideia de Educomunicação se aproxima a uma nova compreensão da Ciência História vem moldando as práticas de ensino nas últimas décadas, a qual teoria e prática se unem defendendo a História ligada ao cotidiano. Trata-se da Cultura Histórica, que vê o despertar de uma consciência histórica não somente para uma elite, mas para as salas de aula. Existem diversas narrativas históricas, sejam as construídas pelas memórias coletivas, sejam as produzidas por instituições. Aos profissionais da área não basta só ensinar a verdade histórica da disciplina e sim exercitar os estudantes para construir o conhecimento. A Cultura Histórica pode ser construída pela pluralidade, para isso é preciso analisar as diversas tradições de determinada cultura. É preciso desenvolver a tradição de se estudar escolas locais, coisas que estão mais próximas dos alunos.

FLORES (2007) vem acrescentar que a Cultura Histórica vai além do que defendemos e praticamos, ele revela:

Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais (Flores, 2007, p. 95)



Neste aspecto a História não é exclusividade dos historiadores, pode ser narrada por qualquer pessoa, sem que este necessariamente seja um acadêmico. Da mesma forma o professor não é o único que ensina História e nem é ele quem está mais no centro das discussões.

Para Barom e Cerri (2012), JörnRüsen é um dos maiores representantes da Cultura Histórica. Ele é de uma geração de intelectuais que cresceu depois da Segunda Guerra Mundial e tem como inspiração filosofias iluministas. Se diferencia dos autores de sua época e se interessa pelo método que havia sido abandonado frente tantas mudanças econômicas e sociais da época. Para alguns teóricos, Rüsen surge como forma de resposta a um desconforto causado pelos Annales, pois conforme ele, a História precisa ser compreendida e teorizada a partir de um conjunto, ou seja, diante das várias outras correntes filosóficas em voga, como positivismo, hermenêutica, marxismo e história social. Ele propõe um conceito que assimile as diferenças entre as correntes historiográficas contemporâneas a uma identidade comum. É uma teoria desenvolvida por ele que pode ser apresentada como uma resposta aos pós-modernos e, portanto com os diferentes modelos de ciência histórica.

E assim, Rüsen propõe um novo sentido para a História, onde o passado tem um sentido a partir de sua interpretação no presente, onde o sujeito tem uma identidade e ele entende o mundo a partir de suas memórias e experiências. Isto é ter a consciência histórica, é perceber que a História tem uma função prática na vida das pessoas, que ela é útil, conforme Marrera e Souza (2013). É o que acontece em uma sala de aula.

O aprendizado histórico é um processo da consciência que se dá entre os dois pontos de referência seguintes. De um lado, um dado objetivo da mudança temporal do homem e de seu mundo no passado. De outro, um sujeito determinado, uma autocompreensão e uma orientação da vida no tempo. O aprendizado histórico caracteriza-se, pois, como um movimento duplo: algo objetivo torna-se subjetivo, um conteúdo da experiência de ocorrências temporais é apropriado, simultaneamente, um sujeito confronta-se com essa experiência que se objetiva nele (Rüsen, 2007 apud Barom e Cerri, 2012, p.1004)

Neste sentido, ao buscar se localizar socialmente/culturalmente o indivíduo num movimento dialético interioriza experiências do passado, refazendo-as enquanto sujeito do presente, ele olha seu passado e o interpreta. Este exercício é o que resulta o processo de



aprendizagem, é o ponto de convergência entre consciência da história didática e ensino de História.

A consciência histórica proposta por Rüsen, ao ver de Marrera e Souza (2013), não pode ser vista somente como conhecimento do passado e sim como meio de entender o presente e de antecipar o futuro. Neste aspecto, a interpretação que o sujeito faz de sua experiência de vida, orienta suas ações e dá sentido as relações cotidianas, e assim entendemos que a história não é exclusividade dos professores, mas ela está nas ações cotidianas, através das inúmeras narrativas que estabelecemos dia a dia e que são repassadas pelos meios de comunicação através de imagens, sons e noticiários.

Sendo assim, a consciência histórica que buscamos despertar nos alunos nas aulas de história é ligada ao estar no mundo, no viver em sociedade. História também é campo de prática desenvolvida no dia a dia. Neste raciocínio, a informação que chega aos alunos de forma fácil e destorcida pelos meios de comunicação de massa precisa ser vista como aliada nas aulas. A maneira mais eficaz de trabalhar isto é fazer uma ligação entre mídiase saberes escolares e o educador precisa estimular e incentivar seus alunos a serem pesquisadores e a transformar suas aulas em oficinas de construção do conhecimento.

Para isso, a experiência de vida que o aluno trás em particular de sua prática cotidiana (a sua consciência histórica), pode ser entendido como aquilo que uma pessoa é capaz de realizar com eficácia e que é adquirido com as experiências de vida. Trata-se de uma forma de conhecimento subjetivo, não mensurável, de difícil captura e transmissão e, por isso mesmo, muito valioso. Este conhecimento prévio dos alunos em se tratando de Cultura da História é importante se valorizado na medida em que o aluno não pode se sentir um depositário de ideias e sim um agente construtor do seu conhecimento com conexão com sua forma de ver o mundo, tal qual acredita Barca:

Ora se o professor estiver empenhado em participar numa educação para o desenvolvimento, terá de assumir-se como investigador social: aprender a interpretar o mundo conceptual dos seus alunos, não para de imediato o classificar em certo/errado, completo/incompleto, mas para que sua compreensão o ajude modificar positivamente a conceptualização dos alunos, tal como o construtivismo social propõe. Nesse modelo o aluno é efetivamente visto



como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas, diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação. (BARCA, 2004 apud CONCI, 2010, p.51)

O aluno deve ser valorizado enquanto possuidor de um conjunto de ideias históricas ao chegar à escola. A família, a comunidade e os meios de comunicação não podem ser ignorados neste processo, como afirma novamente Barca:

O meio familiar, a comunidade local, os *media*, especialmente a tv, constituem fontes importantes para o conhecimento histórico dos jovens, que a escola não deve ignorar nem menosprezar. É a partir da detecção destas ideias – que se manifestam ao nível do senso comum, e de forma muitas vezes fragmentada e desorganizada – que o professor poderá contribuir para as modificar e tornar mais elaboradas. (BARCA, 2001. p.15)

3CONSIDERAÇÕES FINAIS

É diante do exposto que acreditamos que através de uma educação comunicativa é possível promover uma educação que prepare o sujeito a pensar, a desenvolver sua consciência, o senso crítico, enfim, uma educação emancipatória. É preciso acreditar que o grande problema não esteja na emissão das informações, mas na recepção, para que a pessoa realmente aprenda a ler a mensagem e para isso o professor de História também precisa agir como educador, facilitando o uso dos processos, recursos e tecnologias da informação a partir da perspectiva de uma mediação participativa e democrática da comunicação. Cabe então, aos educadores promover a mediação entre tecnologia e escola enquanto aliadas ao processo de ensino aprendizagem e assim, fomentar a educação crítica dos *media* entre alunos e professores frente à recepção midiática.

Por fim, esta aproximação entre meios de comunicação, educação, professor, aluno e a disciplina de história é fator que norteia a pesquisa para o Programa de Mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás-Regional Catalão. Acreditando nos novos rumos ditados pela educação participativa, proposta desde o teórico Paulo Freire e na revolução que os meios de comunicação causaram nos últimos tempos, a Educomunicação surge e apesar de ser um termo atual, é constituída de grande valor e dimensão sendo objeto de estudo em ascensão em todo mundo. Por fim, a pesquisa que está em estado inicial de avaliação bibliográfica, estima colaborar



para abrir caminhos para uma nova perspectiva didática, para novos conhecimentos historiográficos para alunos e professores.

4 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. LIMA, Aline Cristina da Silva. O uso de fontes e diferentes linguagens no ensino de História na educação básica. *Roteiro*, v. 36. n.1. 2001. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/791> . Acessado em 3/4/2015.

BARCA, Isabel. Educação histórica: Uma nova área de investigação. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, III Série, v. 2, 2001, p. 13-21.

_____. Marcos de consciência histórica de jovens portugueses. *Currículo sem Fronteiras*. Universidade do Minho. v.7, n.1, p. 115-126, jan/jun 2007.

BARON, Wilian Carlos. CERRI, Luiz Fernando. A teoria da História de Jörn Rüsen entre a Modernidade e a Pós-modernidade: uma contribuição à didática da história. *Educ. Real*, Porto Alegre, v. 37, n.3, p. 991-1008, set/dez 2012.

CANEN, Ana. Universos Culturais e representações docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural. *Revista Educação & Sociedade*. a. 22, n. 77, dez. 2001, p. 207-227.

CANZIANI, Tatiana de Medeiros. *TV Paulo Freire: desafios para a construção de uma televisão educativa*. Curitiba. 2009. 133 fls. Mestrado (Educação) -Universidade Federal do Paraná, 2009.

CERTAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. MENEZES. Maria de Lourdes. (trad.), 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-118.

CONCI. Tatiana Cabreira. Narrativa histórica: Uma nova perspectiva em sala de aula. p. 49-58, nov. 2010. Trabalho apresentado nos Anais do 3º Seminário de Educação Histórica – *Desafios da aprendizagem na perspectiva da Educação Histórica*, UFPR, nov.2010.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e cultura histórica. *Revista de História*. Saeculum, v.16, jan./jun. 2007. p. 83-102.

JACQUINOT, Geneviève. O que é um educador: O papel da comunicação na formação dos professores. Palestra proferida no I Congresso Internacional de Comunicação e Educação, São Paulo, mai.1998. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/aeducacao/saibamais/textos/>. Acessado em 04/06/2014.



MATÍN-BARBERO, J.M. Retos culturales de la comunicación a la educación. Elementos para una reflexión que está por comenzar. *Revista Reflexiones Académicas*. Nº 12, p. 45-57, Santiago: Universidad Diego Portales, 2000.

MARRERA, Fernando. SOUZA, Uirys. A tipologia da consciência histórica em Rüsen. *Revista Latino-americana de História*. v.2, n.6, ago 2013. p.1699-1077.

PERUZZO, Cecilia M. Krohling. Comunicação comunitária e educação para a cidadania.

Revista PCLA, v. 04, n. 2, out/dez 2002. Disponível em:

<<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>>. Acesso em 07 fev. 2014.

SANTOS, Adriana C. TONUS. Meios de Comunicação e Educação Biopsicossocial: jornalismo e educação em ações de Educomunicação e meio ambiente. *Revista Em Extensão*. Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. v.9. N. 1. 2010. p.101-128.

SARLO. Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte, videocultura na Argentina*; trad. Sérgio Alcides: 5 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013. 244p.

SATORI, Ademilde Silveira, SOARES, Maria Salete. Concepção dialógica e as NTIC: A educomunicação e os ecossistemas comunicativos. Disponível em:

<http://www.usp.br/nce/wcp/arg/textos/86.pdf> . Acessado em 30/01/2015.

SCHAUN. Angela. Educomunicação: Reflexões e Princípios. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. 128p.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação*: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011. 132p.

_____. Uma educomunicação para a cidadania. *Núcleo de Comunicação e Educação/USP*.

Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/?wcp=/aeducomunicacao/texto>>. Acesso em 03 fev. 2014.

_____. *Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais*. Contato, Brasília: Ano 1, nº1, jan/mar 1999.

_____. *Educomunicação: um campo de mediações*. Comunicação & Educação. São Paulo: ECA/USP-Editora Segmento, Ano VII, set/dez. 2000, nº 19.